

REDISCUTINDO O DIÁLOGO REPUBLICANO¹

Clarissa Franzoi Dri*

1

¹ BOBBIO, Norberto e VIROLI, Maurizio. *Diálogo em torno da república: os grandes temas da política e da cidadania*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

A obra em tela é fruto de conversas mantidas durante o ano de 2000 entre dois notórios pensadores italianos, que discutem temas de suma importância de maneira natural e envolvente. Os debates não se apegam a conceitos e conclusões, do que resulta um texto livre, despidido do compromisso de explicar ou esgotar um ponto e procurando somente trazer à tona grandes questionamentos sobre república, democracia, cidadania e religião, entre outros.

Ao iniciar comentando sobre república e virtude, Viroli diferencia republicanismo de democracia. Esta ocorreria quando um povo obedece somente a normas estabelecidas por ele próprio, enquanto aquele significaria a ausência de dependência da vontade arbitrária de um homem. A república, por sua vez, consistiria em uma forma ideal de Estado, baseada na virtude dos cidadãos e no amor pela pátria. Bobbio coloca que, em se tratando de política, é preciso ser realista e observar a história: nenhum Estado real se sustenta so-

* Mestranda em Direito pelo CPGD/UFSC. E-MAIL: clarissadri@yahoo.com.br

bre a virtude, mas é regulado por uma constituição e precisa recorrer à força exatamente porque os cidadãos, em geral, não são virtuosos. Boas leis e bons costumes indubitavelmente contribuem para a sobrevivência da república.

Comentando o patriotismo, Bobbio e Viroli observam que ele freqüentemente enseja virtude civil e não-corrupção, embora tenha sido aproveitado pela tirania em inúmeros episódios. Sobre a liberdade, os republicanos a definem como a ausência de interferência e de coerção. O oposto de dependência, contudo, não seria apenas a liberdade do estado de natureza, mas a dependência a leis não-arbitrárias que valem para todos. Liberdade democrática, portanto, significa autonomia conforme a lei.

Em discussão a respeito de direitos e deveres, Bobbio afirma que a reivindicação de direitos parece primordial porque historicamente os governos não os reconhecem. Lembra, entretanto, que não existem direitos sem deveres. O dever fundamental dos cidadãos seria respeitar e tolerar os demais, enquanto aos governantes caberia a obrigação de buscar o bem comum.

Os deveres podem ser jurídicos ou morais. Os primeiros têm como parâmetro o Estado; os segundos, a consciência individual. Embora a educação seja indispensável nesse último caso, a fé e o dogma ainda subsistem como pontos de referência moral e sustentam as democracias, na ausência de um príncipe que exerça o temor e o terror entre os súditos. Faz-se importante ressaltar que a caridade, cristã ou não, é incompatível com a vida civil, na medida em que ofende a dignidade de quem a recebe. A solução residiria, logo, em um Estado efetivamente promotor dos direitos sociais.

Acerca dos males da república, Maurizio Viroli coloca que os partidos pessoais constituem-se em grande ameaça à sobrevivência de uma república democrática. Geralmente criados por um chefe carismático – o qual, segundo breve sobrevôo histórico, mostra-se potencialmente tirano – falta-lhes um perfil independente do líder. O papel cada vez mais decisivo do dinheiro na política configuraria outro risco à democracia. A presença de um candidato com imensos recursos financeiros pode alterar a natureza das eleições, devido, entre outros aspectos, à persuasão oculta exercida sobre os eleitores.

Nos últimos capítulos, Norberto Bobbio analisa a necessidade que

tem o poder de se esconder, uma vez que ele é tanto mais potente quanto menos se deixa ver. Daí advém o fato de que a máxima corrupção se dá em um mínimo de transparência, o que torna a falta de publicidade hostil à democracia. Uma democracia ideal, com cidadãos comprometidos, seria a única capaz de fazer oposição à tendência do poder de se tornar invisível e arbitrário. Como chegar a ela ainda configura um processo a ser desvendado. Os autores chegam a sugerir uma reforma institucional na Itália, inclusive abrangendo nova Assembléia Constituinte, mas logo desistem da idéia para sonhar com uma nova elite democrática italiana.

Trata-se, com efeito, de um livro que atinge plenamente seus objetivos na abordagem de idéias relativas à legitimidade republicana. Além da metodologia instigante, que faz com que o leitor sinta-se parte da discussão, um dos grandes méritos da obra é a provocação de reflexões internacionalmente válidas, ao buscar alertar os italianos para o perigo da volta do fascismo e para a conseqüente necessidade do desenvolvimento e da consolidação da democracia.